



## A P R E S E N T A Ç Ã O

=====

Este documento resultou de uma seleção de trechos significativos de 35 das principais publicações do Movimento de Educação de Base, do Brasil. São publicações escritas de 1961 a 1966, compreendendo assim, todo o desenvolvimento do Movimento.

É uma tentativa de apresentação do MEB, naquilo que êle tem de mais importante. Sua ênfase não está na apresentação quantitativa da experiência, mas em seu aspecto qualitativo, descritivo e de fundamentação. Deverá, portanto, ser completada com dados quantitativos da história do MEB, como apresentamos sumariamente no último capítulo.

Não é um texto "fluyente" pois foi composto de textos escritos por pessoas, estilos e épocas diferentes. De certo modo, o seu valôr histórico e documentário compensa a descontinuidade do estilo.

É um documento que faz referência às publicações do MEB. Querendo-nos aprofundar mais, poderemos recorrer às publicações, que constam da lista aqui apresentada.

É necessário finalmente, não ler êste documento, com uma perspectiva estática, mas vê-lo como representando um Movimento dinâmico, que cresce. Podemos descobrir nestes trechos esta evolução, êste sentido de crescimento. O MEB é Movimento. Desta forma, êle não se faz em publicações, mas se constroe com as experiências de cada dia, tentativas novas, novas formas, que, muitas vêzes, aqui não se encontram. Um dos valôres do Movimento é que, dentro dêle, tudo está em movimento.

## NOTA INTRODUTÓRIA

=====

Este trabalho é a 1ª parte (I, II, III e IV capítulos) de uma publicação maior chamada "MEB - Uma Experiência de Cinco Anos", feita quase exclusivamente de extratos das publicações, relatórios e estudos do MEB no Brasil.

A publicação completa contém os seguintes capítulos:

- I - MEB - Apresentação Jurídica e Institucional
- II - MEB - Fundamentação Filosófica dos Objetivos
- III - MEB - Educação, Educação de Base
- IV - MEB - Animação Popular - ANPO
- V - MEB - Escolas Radiofônicas
- VI - MEB - Funcionamento Nacional
- VII - MEB - Um Sistema Radioeducativo
- VIII - MEB - O MEB em números

No fim de cada parágrafo, encontra-se entre parênteses uma indicação, significando a página e a publicação da qual se extraiu o texto (Veja lista de publicações nacionais usadas, no final).

Apesar de tê-los separado, para maior facilidade de distribuição, estes capítulos, reconhecemos que a maioria deles só poderá ser entendida dentro do contexto de toda a publicação, para uma visão mais global do Movimento.

I N D Í C E  
=====

1ª Parte

I - MEB - Apresentação Jurídica e Institucional .....	5
- Introdução	
- Decretos e Convênios	
II - MEB - Fundamentação Filosófica dos Objetivos .....	11
- Objetivo Último	
- Conceito de Educação	
- Educação e Conscientização	
- MEB e Igreja	
- MEB e Povo	
- Conclusão	
III - MEB - Educação, Educação de Base .....	19
- Cultura e Educação	
- Educação de Base	
- Objetivos - Meios	
- Programa Nacional	
IV - MEB - Animação Popular - ANPO .....	25
- Tentativa de Definição	
- Perspectiva Política	
- Anpo na Evolução do MEB	
- Assessoria às Comunidades	
- Experiências Várias	
- Estruturação e Grupos	
- Produção Comunitária	
-	

- Integração Escola e Comunidade
- Arte Popular
- Sindicalismo Rural
- Avaliação

2ª Parte

V - MEB - Escolas Radiofônicas .....	51
- Objetivos	
- Funcionamento	
- Monitor	
- Linguagem - Alfabetização	
- Livros de Leitura	
- Aritmética	
- Saúde	
- Trabalho Agrícola	
- Programações Especiais	
VI - MEB - Funcionamento Nacional .....	62
- Unidade Nacional	
- Área de Atuação	
- Funcionamento Estrutural	
- Emissoras	
- Pessoal	
- Conclusão	
VII - MEB - Um Sistema Radioeducativo .....	71
- Idéia Geral	
- Estudo de Área	
- Treinamento	
- Supervisão	
- Programação Radiofônica	
- A Equipe	
- Conclusão	

VIII - MEB - O MEB em Números .....	78
- Número de Sistemas do MEB de 1961 a 1965	
- Pessoal do MEB de 1963 a 1965	
- Emissoras à Disposição do MEB de 1961 a 1965	
- Treinamentos de Equipes Locais e de Animadores	
- Número de EERR por Unidades da Federação atingidas pelo MEB, de 1961 a 1965	
- Alunos do MEB de 1961 a 1965	
- Número de Alunos por Ciclos	
- Número de Alunos por Idade	
- Evasão de Alunos	
- Testes de Aprendizagem	
- Custo Médio de Escolas e Alunos Concluintes de 1961 a 1965	
- Recursos Financeiros de 1961 a 1965 e Previsão para 1966	

\* \* \*

## I - APRESENTAÇÃO JURÍDICA E INSTITUCIONAL

. INTRODUÇÃO

. DECRETOS E CONVÊNIOS

### INTRODUÇÃO

1.1 - O Movimento de Educação de Base (MEB) se origina das experiências de educação pelo rádio, promovidas, no Nordeste, pelo Episcopado Brasileiro. As arquidioceses de Natal e Aracaju iniciaram, no Brasil, a aplicação de um sistema educativo através de emissões radiofônicas, que se mostrou adequado para a atuação nas áreas subdesenvolvidas, onde a escassez de comunicações, de recursos naturais e, principalmente, de recursos humanos, mantém a maioria da população em nível cultural, econômico e social incompatível com a dignidade humana. (3.3/pag.1) \*

1.2 - Em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou um plano de estruturação nacional de um movimento educativo, baseado nas experiências vitoriosas de Natal e Aracaju. Como resultado dos entendimentos então mantidos com o Governo Federal, o Exmo. Sr. Presidente da República prestigiou a iniciativa da CNBB através do Decreto 50 370, de 21 de março de 1961. Por esse decreto, ficava estabelecido que o Governo Federal, mediante convênios que seriam firmados com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração federal, forneceria os recursos para aplicação do programa que a CNBB realizaria através do Movimento de Educação de Base, utilizando a rede de emissoras católicas. (3.3/pag.1)

---

\* Os números no final de cada citação referem-se à Lista de Publicações do MEB de 1961 a 1966, que foram usadas neste trabalho. Para um maior aprofundamento, o leitor deverá consultar a publicação citada.

1.3 - O Governo Federal, em 1963, firmou o Decreto nº 52 267, que altera alguns pontos do decreto anterior e revigora os compromissos mútuos. Dessa maneira, o Governo Federal compromete-se a facilitar a concessão de canais radiofônicos aos Srs. Bispos que desejarem emissoras para a transmissão de programas de educação de base, bem como a autorizar a requisição de funcionários federais e autárquicos para serviços julgados indispensáveis aos objetivos do Movimento. Permanece o sistema de convênios para a liberação de dotações necessárias à execução dos trabalhos do MEB e sofre alterações o âmbito geográfico de ação do MEB, que se destina, de forma ampla, ao atendimento as áreas subdesenvolvidas do país. (3.3/pag.1)

1.4 - Somos um Movimento Educativo que deve sua iniciativa à Igreja; inserimo-nos em uma estrutura de que o Governo da República participa, vivemos os problemas de uma nação em estado de mudança social; comprometemo-nos a colaborar na promoção do homem brasileiro. (1.3/pag.11)

1.5 - O MEB é um movimento de apostolado da Igreja. Não é um movimento de apostolado, enquanto apostolado dos cristãos que nêle se engajaram, mas enquanto é um movimento de Igreja. É um movimento de instituição da CNBB. Não é só da Hierarquia, nem é um movimento de apostolado dos leigos. É um movimento da Igreja. Se a Igreja compreende Hierarquia e leigos, o MEB se realiza por uma colaboração de laicato com a Hierarquia, cada um respeitando a função própria do outro. (7.2/pag.10)

#### DECRETOS E CONVÊNIOS

1.6 - Decreto Presidencial (Publicado no Diário Oficial de 22.3.61)

Decreto nº 50 370 - 21.3.61. Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, e Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição, e  
Considerando a necessidade de fornecer às populações rurais elementos gerais de educação;  
Considerando a conveniência de levar a Educação de Base às populações das áreas subdesenvolvidas;  
Considerando a experiência adquirida e os resultados já apresentados pelas Escolas Radiofônicas

DECRETA:

Artigo 1º - O Governo Federal prestigiará o Movimento de Educação de Base (MEB) através de Escolas Radiofônicas a ser empreendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e Centro-Oeste do País.

Artigo 2º - O MEB executará um plano quinquenal 1961/1965 durante o qual instalará 15.000 (quinze mil) Escolas Radiofônicas em 1961, e, nos anos subsequentes, tomará providências necessárias para que a expansão da rede escolar seja sempre maior do que a do ano anterior.

Artigo 6º - O Conselho Diretor Nacional do MEB poderá solicitar ao Presidente da República a requisição de funcionários federais para serviços julgados indispensáveis aos objetivos do Movimento.

Artigo 7º - O MEB deverá estabelecer convênios com órgãos públicos federais mencionados no artigo 8º, cuja colaboração seja considerada necessária para a execução de seus programas e planos de ação nas diferentes regiões em que se vai estabelecer, os quais deverão ser submetidos à aprovação do Presidente da República.

Artigo 8º - Colaborarão com o MEB os seguintes setores da administração pública federal, dentro das suas possibilidades técnico-administrativas de atendimento, mediante convênios a serem firmados:

- a) o Ministério da Educação e Cultura especialmente pela Campanha Nacional de Educação Rural, pela Campanha Nacional de Educação de Adultos, pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, pela Campanha de Erradicação do Analfabetismo e pelo Sistema Radioeducativo Nacional;
- b) o Ministério da Agricultura especialmente pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, pelo Departamento Nacional de Produção Vegetal, Departamento Nacional de Produção Animal, Serviço de Informação Agrícola, Serviço de Economia Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
- c) o Ministério da Saúde pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais especialmente seu Serviço de Educação Sanitária, pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária e pelo Departamento Nacional da Criança;
- d) o Ministério da Aeronáutica pelos Serviços de Transportes da Força Aérea Brasileira;

- e) o Ministério de Viação e Obras Públicas pela Comissão Técnica de Rádio, pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento;
- f) serão considerados órgãos-cooperadores, ainda, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Serviço Social Rural, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência da Valorização da Amazônia.

Artigo 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
(1.1/pag.4-6)

\*

1.7 - Convênio entre o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA e a CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, para a execução de um MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste do País, visando ao cumprimento do Decreto nº 50 370, de 21/3/61.

Aos vinte e um dias do mês de março de 1961, no Palácio do Planalto, o Ministério da Educação e Cultura, representado pelo titular da Pasta, o MINISTRO BRÍGIDO FERNANDES TINOCO, e a CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), sociedade civil, dotada de personalidade jurídica, com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, representada pelo Arcebispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário - Geral da CNBB, D. HELDER CÂMARA, resolvem estabelecer, sob o patrocínio direto do Senhor Presidente da República, o seguinte Convênio, tendo em vista a promoção de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

#### CLÁUSULA I

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - doravante designada Conferência - compromete-se a estender, às áreas subdesenvolvidas acima citadas, sua experiência de Educação de Base através de Escolas Radiofônicas, mediante a execução de um plano quinquenal (1961-1965), durante o qual mobilizará todo o sistema de que dispõe (ou de que venha a dispor (especialmente emissoras, equipes de direção, monitores e escolas radiofônicas) no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

#### CLÁUSULA II

O Movimento de Educação de Base será conduzido por um Conselho Diretor Nacional, de 8 membros, escolhidos, por 3 anos, pela Conferência, além de um representante do Governo Federal.

#### CLÁUSULA III

O Ministério da Educação e Cultura adotará medidas necessárias à boa execução deste Convênio, autorizando os recursos financeiros necessá-

rios ao cumprimento do Plano Quinquenal (1961-1965), através de dotações globais ou específicas consignadas no Orçamento da União ou pela forma que julgar mais adequada, exceto no que diz respeito às medidas específicas para o corrente ano.

#### CLÁUSULA IX

Para melhor alcançar os fins previstos neste Convênio, o MEB poderá firmar convênio com órgãos públicos e entidades privadas. (1.1 e 3.4)

#### CLÁUSULA XII

Por força do presente Convênio fica estabelecido que todos os órgãos do M.E.C. em funcionamento nas diferentes regiões em que se vai desenvolver o MEB prestarão o seu concurso eficaz, desde que solicitados por autoridade competente, sendo considerados como órgãos cooperadores do Movimento de Educação de Base, especialmente, os seguintes: Campanha Nacional de Educação Rural, Campanha Nacional de Educação de Adultos, Campanha Nacional de Merenda Escolar, Campanha de Erradicação do Analfabetismo, Sistema Radioeducativo Nacional.

#### CLÁUSULA XIII

Este Convênio terá a duração de cinco exercícios (1961-1965) podendo ser prorrogado, se assim o desejarem as partes contratantes, e está isento do pagamento de selo, ex-vi do disposto no artigo 51 da Consolidação das Leis de Imposto de Selo a que se refere o decreto nº. 32.393 de 9.3.953. (1.1/pag.7-9)

## II - FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DOS OBJETIVOS

- . OBJETIVO ÚLTIMO
- . CONCEITO DE EDUCAÇÃO
- . EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO
- . M E B E IGREJA
- . M E B E POVO
- . CONCLUSÃO

### OBJETIVO ÚLTIMO

2.1 - Definido como entidade de finalidade social e educativa, o MEB, em síntese, propõe-se os seguintes Objetivos:

Cooperar na formação integral de adultos e adolescentes das áreas em desenvolvimento do país, fornecer elementos para que o homem tome consciência de sua dignidade de criatura humana, feita à imagem e semelhança de Deus, desperte para seus próprios problemas, busque soluções comunitárias para uma mudança de situação, tenha critérios para julgar as mudanças que se processam, transformando-se em agente no processo de criação cultural. (5.1/pag.6)

2.2 - O processo de ação julgado adequado pelo MEB é o da Educação de Base, isto é, uma educação que visa a formar o homem no que é, ao mesmo tempo, essencial e mínimo indispensável para sua realização como pessoa. Nesse sentido, todo trabalho educativo do MEB é desenvolvido em uma perspectiva de autopromoção do povo, formando e assessorando líderes, indispensáveis ao trabalho de Animação nas respectivas comunidades. (5.1/pag.6)

2.3 - A linha de trabalho que assumimos está dentro de uma preocupação com um Cristianismo seriamente vivido que exige um trabalho não de pu-

ra alfabetização, mas um planejamento mais complexo, que possibilite a conversão de homens em Homens, de massa humana em povo consciente, única maneira de fazê-lo chegar a ser Povo de Deus. Junto a esse povo o MEB terá que testemunhar a honestidade e a coerência dos compromissos que assume, desde que pretende identificar-se com ele, num trabalho de autêntica educação para o desenvolvimento (8.4/pag.16)

## CONCEITO DE EDUCAÇÃO

2.4 - A educação é um processo de integração na cultura, seja através de modos assistemáticos, como ocorre na comunicação regular de todo convívio social, seja através de formas metodizadas em que se instrumentalizam os educandos para uma participação consciente e criadora na herança cultural da humanidade. O MEB, destinado primordialmente a uma área onde sempre se realiza o processo educativo por formas assistemáticas e espontâneas, coopera na formação do homem, oferecendo-lhe os conhecimentos básicos, motivando-o para uma atividade criadora e fornecendo os instrumentos mínimos para que o próprio educando possa ser, ele mesmo, agente de sua promoção. A educação é expressão da dimensão social do homem, isto é, ela se caracteriza como atividade cultural. Com efeito, só existe educação porque a Pessoa é um ser consciente e a consciência em ato cria cultura. (2.2/pag.1)

## EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

2.5 - Conscientizar é dar consciência do que é o homem, - do que é o mundo, do que são os outros homens. Entretanto, em cada época histórica, o modo de se encarar o mundo (se é estático ou aberto à criação humana), o modo por que se manifesta a comunicação dos homens (se é válida ou não uma estrutura de dominação) e, enfim, o valor da própria pessoa, são variáveis. Em última análise, todo processo de conscientização traz em si uma concepção do homem, uma visão do mundo; logo, se insere numa consciência histórica. (2.1/pag.4)

2.6 - A conscientização, na sua visão do mundo, é relativizável e, por si mesmo, não apresenta um critério de validade, que não seja o da própria situação histórica - o único modo possível de justificar a conscientização seria então partir daquilo que é anterior e que, por isso mesmo, funda a própria história, isto é, a pessoa na sua exigência de humanização. Ora, neste sentido, educação de base, isto é, educação que parte do que é fundamental, do que é primeiro, coincide com o próprio princípio da conscientização. Em última análise, uma conscientização válida é aquela que se preocupa com o homem no mundo, na sua dignidade de pessoa que transcende o mundo e cria um universo humano. Exatamente porque necessita de justificação de seu valor e, portanto, de racionalização, que compreenda e explique o seu processo, a conscientização exige uma ideologia - justificação imanente do seu valor. Ora, a validade desta ideologia não pode ser dada pela consciência histórica, que é variável também, mas por aquilo que é o fundamento da história: a própria pessoa humana nas suas exigências de humanizar-se. Aqui confluem educação de base e conscientização. (2.1/pag.4)

2.7 - Pode haver educação de base sem conscientização?  
Pelo que já foi exposto, cremos que não.

Sendo a educação de base aquela que se preocupa com a pessoa humana, só através do processo de conscientização, que evidencia o valor básico da pessoa, do seu dom, da sua comunicação, que explicita, portanto, a sua eminente dignidade, pode-se então evidenciar o sentido das próprias exigências do homem. Enfim, é impossível formar a pessoa humana, indicar-lhe seu direito à vida, sem dever para com os outros, sua iniciativa criadora de um mundo humano, sem dar consciência do valor da pessoa, da sua transcendência sobre o mundo etc....; enfim do que é o homem, do que ele pode vir a ser.

Donde a conscientização é o início do próprio processo educativo que toma a pessoa como fundamento e a sua realização como fim. (2.1/pag.5)

### M E B E IGREJA

2.8 - O MEB é um Movimento de ordem temporal, com finalidade essencialmente educativa, de responsabilidade da CNBB, confiado aos leigos e por eles assumido. (7.2/pag.5)

2.9 - É uma instituição criada pela Igreja no Brasil. É um Movimento educativo que o Episcopado brasileiro fez surgir, em determinado momento de nossa história, porque encontrou o povo não só desprovido de

meios necessários à sua Salvação na vida da graça, mas até mesmo daqueles meios que lhe servem para sua integração na vida social e, conseqüentemente, para sua realização humana. Salvar homens, no Brasil, implica em que se lhes dêem condições de serem Homens. (1.3/pag.2)

2.10 - A inspiração do MEB é, inegavelmente, cristã e, numa atitude cristã, pretende que os homens cheguem a uma fé adulta, assumida livre e conscientemente. Mas a ação educativa do MEB é distinta de uma missão evangelizadora, embora ligada a ela. Evangelização é todo trabalho que, ao mesmo tempo, procura promover o Homem e revelar-lhe o Cristo. Desta forma, nosso trabalho educativo se distingue, mas não se separa do que compreendemos por evangelização; separa-se, na verdade, de uma missão que fôsse puramente catequética. Por outro lado, a evangelização não se constitui nunca em fator de inibição para o trabalho do MEB, embora não seja seu motivo próximo imediato. (7.2/pag.11-12)

2.11 - O MEB tem um fim sócio-educativo e não puramente apostólico. Qualquer movimento feito por cristãos é apostólico. O MEB, por ser realizado por cristãos e por ser assumido pela Igreja, possui, por tanto, um sentido apostólico. No entanto, tendo como fim específico a ação educativa e social, a natureza do MEB exige, além de princípios gerais e doutrinários uma dimensão histórica, um contato com o real, envolvendo valores ideológicos.

Dessas características e considerada a dependência à CNBB, verifica-se que cabe à Hierarquia dar seu assentimento à linha educativa do Movimento. Nesse sentido, é função do grupo de leigos que trabalham no MEB especificar a linha do Movimento, com suas implicações conseqüentes. À Hierarquia compete verificar a adequação do trabalho à linha doutrinária da Igreja. (7.2/pag.12)

2.12 - O MEB foi o primeiro trabalho que, inspirado, orientado e assumido pela Hierarquia no Brasil foi entregue aos leigos, na parte de reflexão, planejamento e execução. É uma situação nova que, após gerar tensões, vai-se estabilizando numa linha de esforço conjunto, nos diversos níveis, com as responsabilidades e funções sempre mais definidas. (8.5/pag.3)

2.13 - Quando, há pouco mais de dois anos, a CNBB lançou o Movimento de Educação de Base, ... houve quem julgasse tratar-se de mais uma tentativa inócua, mais um paliativo para um trabalho de amaciamento do povo, em face da injusta situação sócio-econômico do nosso país. Houve, também, em várias áreas, especialmente políticas, quem pensasse que a Igreja, no Brasil, não estaria em condições de lançar um movimento daquela envergadura, devido à falta de capacidade, de organização, de pessoal habilitado e de sentido administrativo que permitissem a absorção correta das verbas aparentemente vultosas destina-

das à realização do empreendimento... O MEB é hoje uma realidade que se impõe. Até mesmo nas esferas oficiais, êle é reconhecido como o trabalho de maior vulto realizado no Brasil, no campo da cultura popular. Este reconhecimento diz respeito não só ao volume, mas também à qualidade e autenticidade do mesmo. (8.4/pag.13)

2.14 - O MEB se constitui, hoje, numa expressão concreta da caridade da Igreja para com o homem rural brasileiro e, considerando as perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II, o MEB pode ser considerado como uma estrutura de que a Igreja hoje no Brasil dispõe, tanto para a construção de uma sociedade nova como para uma vivência renovada da fé cristã. O MEB demonstrou a capacidade que tem a Igreja, no Brasil, de realizar algo de novo e dinâmico que é reconhecido fora de nossas fronteiras, pela sua originalidade pedagógica, pelo respeito que tem pela Pessoa Humana e pelos resultados que obtém, como um dos trabalhos mais importantes que hoje se realiza, no campo da educação de adultos. (8.5/pag.4)

2.15 - O trabalho do MEB é vivido conscientemente, face a um povo que se encontra diante de várias opções. Não nos cabe impor nenhuma delas, como não nos cabe forçar o povo à fé cristã vinculada à Igreja Católica, embora devamos proporcionar-lhe oportunidades de conhecimento da Fé. (1.3/pag.3)

2.16 - A Comissão Central da CNBB aprovou uma declaração pública nos seguintes termos:

"A Comissão Central, Diretora da CNBB, que criou o MEB e que no MEB exerce a suprema autoridade, através do Conselho Diretor Nacional, sente o dever, nesta hora difícil, que o MEB atravessa, de afirmar, solenemente, que o MEB não pode ser acusado de subversivo ou comunista, apesar de erros ou falhas sempre naturais em instituições humanas. Declara que o MEB, em todos os seus anos de vida e nos dias atuais, é um válido testemunho, no Brasil, da materna preocupação da Igreja pelo HOMEM no mundo de nossos dias, o que vem sendo reconhecido e proclamado até fora dos limites de nossa Pátria.

Reafirmando assim, solenemente, a sua responsabilidade suprema pelo MEB, a Comissão Central da CNBB recomenda, entretanto, ao CDN que, no espírito do Concílio Vaticano II, incremente os estudos em curso no MEB sobre sua reestruturação, para que o laicato católico possa, em tempo oportuno, assumir a plena responsabilidade de sua atuação apostólica e benemérita."

2.17 - O MEB existe em função de uma realidade nacional que necessita de transformações urgentes porque, subjugando o homem, priva-o de sua atividade criadora e o coloca à margem do processo histórico. Consciente de que a promoção dêse homem só tem sentido se êle mesmo a assumir, o MEB, engajado com o povo nesse trabalho de mudança social, estabelece seu compromisso com êsse mesmo povo. Nunca com qualquer tipo de estrutura social ou qualquer instituição que pretenda substituir o povo. (1.3/pag.7)

2.18 - O MEB surgiu em função de uma realidade que se nos apresenta necessitando de transformações urgentes e profundas, de ordem estrutural. Essa realidade subjuga o homem e o impede de manifestar sua atividade criadora, colocando-o à margem do processo histórico.

Consciente de que a promoção dêse homem só tem sentido se êle mesmo a assumir (ou teríamos mais uma forma de marginalização), o MEB engajado num trabalho de mudança dessa realidade constatada, estabelece um compromisso com êsse homem. Em virtude diâso, não pode o Movimento ter simplesmente ligações ocasionais com o povo, ou satisfazer-se em interpretá-lo mais ou menos bem. Para realizar um trabalho honesto, conseqüente e coerente, tem que, realmente, situar êsse homem como agente das transformações a serem feitas, o que implica sua participação na própria elaboração do trabalho do MEB. É necessário, para ser mais efetiva essa participação, que a própria estrutura do Movimento seja mais permeável à presença do povo, nas várias fases do seu trabalho.

O próprio funcionamento normal do MEB deve propiciar os recursos para a presença constante das bases, com um sistema eficiente de comunicação de problemas e de soluções. (7.2/pag.5)

2.19 - Precisamos levar em conta êstes aspectos para não incidir num erro de paternalismo, onde o povo seja entendido como alguém a quem se tem que dar alguma coisa, para que não se transforme em fator de conflitos. O povo é causa, sujeito e motivo do MEB. Causa, enquanto o MEB fôr fruto de uma preocupação com um povo que necessita dêse tipo de trabalho. Sujeito, enquanto sua participação no trabalho se constituir em fator primordial do Movimento. Motivo, enquanto ao povo se dirigir nosso trabalho. (1.3/pag.7)

2.20 - MEB significa:

- a afirmação dos leigos em um trabalho sócio-educativo, de ordem nitidamente temporal, de responsabilidade da Igreja;

- um Movimento que nunca jogou com o povo, mas que tentou, honestamente, identificar-se com ele e, de certa maneira, ser povo, consciente de que um trabalho que pretende a promoção desse povo só terá sentido se ele mesmo fôr sujeito dessa promoção e, portanto, só ganhando autenticidade se houver participação desse mesmo povo na formulação e execução dessa tarefa, aliás já tentada, mas de forma assistemática, com experiências desiguais nas diversas áreas atingidas;
- uma ação educativa empenhada essencialmente no processo de conscientização, objetivando que, pelo próprio povo, sejam assumidas as transformações necessárias, em um processo que não corresponda a aspirações de grupos, mas a uma necessidade de todo o país;  
(7.2/pag.4)

2.21 - É de se notar que os ressentimentos sempre partem das classes latifundiárias, da burguesia industrial e das classes médias. Uma boa parte delas está pouco preparada para uma atitude de coerência com os princípios de justiça. Os "valôres" que lhes dá a sociedade capitalista, profundamente marcada de materialismo, parecem ameaçados quando são denunciados como insuficientes para uma coerência cristã na vida social. (1.3/pag.8)

2.22 - No interior de todos êsses problemas é que aparece e se situa o MEB. Ele não pode ser um Movimento tradicionalista e imobilista no sentido de sustentar o que existe a qualquer preço. É renovador. É pelas mudanças necessárias. É pelas reformas sociais a serem feitas, com a participação dos camponeses e dos trabalhadores urbanos, naquilo que lhes disser respeito e na linha da Doutrina Social Cristã. (8.4/pag.12)

2.23 - O MEB possui uma absoluta independência político-ideológica, nunca se submetendo a jogos ou acomodações políticas, nem permitindo, em seu trabalho, processos de utilização do povo. (7.2/pag.4).

2.24 - Preocupa-se o MEB com uma população predominantemente rural, que deve tomar parte ativa nos seus trabalhos. O MEB não se identifica com qualquer instituição paternalista, onde os planos e os objetivos venham apenas de uma parte. (1.3/pag.6)

"Para atuar cristãmente, no campo econômico e social, a educação dificilmente mostrar-se-á eficaz se os que a recebem não tomam nela parte ativa e se não fôr dada também através da ação" (M.M.).

## CONCLUSÃO

2.25 - O fim essencial do MEB é cooperar na formação do homem (adulto ou adolescente), nas áreas em desenvolvimento do País, no sentido de levá-lo a tomar consciência de sua dignidade como criatura humana, feita à imagem de Deus e redimida por Cristo, Salvador do Mundo, e, como consequência, transformá-lo em agente de criação original de cultura de um povo.

Esta conscientização importa:

- a) na afirmação de um Deus criador, de quem tudo depende e a quem todos estão subordinados;
  - b) na afirmação de ser o homem um valor em si mesmo, superior a toda ordem temporal e subordinado a Deus;
  - c) na afirmação de que todos os homens têm o mesmo valor essencial e as diversidades entre eles só são admissíveis na medida em que não se transformem na dominação de um homem sobre outro;
  - d) na afirmação de que cada homem tem o dever e o direito de empenhar-se na aquisição de condições de vida que lhe permitam, cada vez mais, realizar-se dignamente;
  - e) na afirmação de que cada homem deve prestar a seu semelhante a ajuda de que necessita para sua realização;
  - f) na afirmação de que o homem é por natureza um ser social e, por conseguinte, a sua promoção só pode realizar-se devidamente em atividades comunitárias que redundem na integração do indivíduo na comunidade;
  - g) na afirmação de que a integração do homem na comunidade deve realizar-se através de opções conscientes e livres, cuja variedade lhe deve ser proposta sem que nenhuma lhe possa ser imposta.
- (1.2/pag.1)

\* \* \*

### III - EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO DE BASE

- . CULTURA E EDUCAÇÃO
- . EDUCAÇÃO DE BASE
- . OBJETIVOS - MEIOS
- . PROGRAMA NACIONAL

#### CULTURA E EDUCAÇÃO

3.1 - Educação, em um sentido lato, é um processo, uma ação que visa à formação do Homem. A ação humana, na medida em que atesta sua dimensão racional de ser consciente e transcendente, surge como uma iniciativa original face ao mundo.

Tanto pela ação transformadora da realidade, quanto pela apreensão de um objeto, o homem cria um mundo cultural e elege valores. Certos valores são escolhidos como os mais adequados para suas exigências de personalização. Pela comunicação dos valores surge a possibilidade de uma opção. O trabalho do MEB segue exatamente esse processo: forma a pessoa para que ela opte pela conservação ou modificação dos valores de uma realidade cultural. Procura formar a pessoa dentro de seu mundo próprio, da cultura por ela criada, dos valores dessa cultura, mostrando-lhe a possibilidade de escolha dos princípios mais adequados à sua realização. (1.3/pag.3)

3.2 - A educação só atinge o seu significado mais autêntico, à proporção que deixa de ser meramente integrativa, para ser criadora. Isto é, na medida em que seus objetivos não se detêm em integrar a pessoa em um contexto cultural previamente dado, mas procura situar o educando na plenitude de seu papel de sujeito da cultura.

A educação visa, portanto, à ação. Ora, a ação humana tem três requisitos essenciais. Em primeiro lugar, o homem age diante de um fato que é real para ele; é, portanto, imprescindível que ele tome consciência da realidade sobre que vai agir. Ao lado disso, o homem assume uma atitude diante dessa realidade, atitude que surge a partir dessa consciência da realidade. Para que a atitude se concretize em ação, o homem parte sempre dos meios que lhe oferece a cultura (sejam esses meios instrumentos físicos, verbais, etc.) A organização didática de uma ação educativa não pode, portanto, deixar de situar-se nesses três planos: conscientizar, motivar atitude, proporcionar instrumentos de ação. (4.5/pag.16)

3.3 - Se a educação é uma comunicação entre sujeitos - e não mera transposição - ela terá que se ocupar da construção de condições para que o educando recrie a cultura. Consistirá, sobretudo, em armar problemas, em cuja solução o educando exercitará o seu papel de sujeito criador. Uma tal educação rejeitará as exposições dogmáticas para exercer o seu papel legítimo de causa instrumental da aprendizagem, através da qual o educando "reconstrói" a cultura, pondo-se em condições de poder inovar. Só assim participará, efetivamente, das tarefas de elaboração e significação da cultura, que lhe são inerentes por sua condição humana. (4.5/pag.16)

3.4 - A educação é um processo pelo qual uma pessoa se integra na cultura; nada mais é, portanto, do que uma forma do processo de socialização. Forma assistemática e quase espontânea como a que, pela comunicação normal em todo convívio social, possibilita a uma pessoa participar na cultura de seu grupo; forma consciente e formalizada que se propõe a integrar as pessoas na cultura de sua nação e na própria herança cultural da humanidade. (4.5/pag.16)

## EDUCAÇÃO DE BASE

3.5 - Comumente, se entende por educação de base, aquela que proporciona os conhecimentos mínimos para se levar uma vida humana. Apesar de correta, esta definição não explicita suficientemente o que há de radical na educação de base. Básica é a educação que forma o homem na sua eminente dignidade de pessoa. Daí decorre, como condição primeira, o direito de viver humanamente.

Tomamos, portanto, o termo "básico" no sentido do que é primeiro, ou seja, no sentido do princípio, isto é, o que vem primeiro, o que é fundamental. Educação de base não é, portanto, aquela que é primeira apenas

temporalmente, ou seja, inicial, como é a alfabetização para a instrução, mas que é primeira na medida em que é a mais radical para o ser humano. Se a educação de base pretende dar os conhecimentos mínimos para se viver humanamente, ela não se afirma somente como a educação inicial, mas parte do fundamento último, portanto, princípio primeiro daquilo que torna a própria vida, humana, ou seja, parte do que é mais radical: a própria exigência da pessoa humana de se humanizar. (2.1/pag.2)

3.6 - Se "a educação é processo que consiste no desenvolvimento gradual de uma ou diversas funções que se aperfeiçoam pelo ato do seu exercício", urge lembrar que ela aperfeiçoa as faculdades do homem livre, isto é, que não se repete mas se inova e cria. A educação é processo exatamente porque visa um ser essencialmente dinâmico.

O aperfeiçoamento deste ser dinâmico só vai ser possível, em última análise, enquanto as estruturas do próprio dinâmico se revelam. E elas só se revelam pela conscientização. (2.1/pag.2)

3.7 - O MEB deve realizar um trabalho de Educação para o desenvolvimento, dentro de uma linha positiva e de construção, tornando-se necessário, no entanto, um estudo que explicita o que se entende por desenvolvimento, a fim de que não seja ele visto simplesmente, nem como números crescentes na produção, nem através de "slogans", mas sim determinando, de modo essencial, a posição do homem como agente desse desenvolvimento.

3.8 - A educação de base sintetiza dois aspectos:

- um engajamento real, uma resposta às necessidades concretas de humanização, aqui e agora;
- a universalidade de seus fundamentos, para que, enquanto se personaliza na História, o homem possa sempre afirmar seu sentido transcendente. (1.3/pag.4)

3.9 - Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro. (7.1/capa)

3.10 - Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção, que leve a uma transformação decisiva de mentalidades

e estruturas. Essa transformação se nos afigura necessária e urgente no momento atual. (7.1/capa)

3.11 - Se, em nossa ação educativa, levamos o homem a ter consciência de que é imagem e semelhança de Deus, fazemo-lo também engajar-se em seu mundo próprio -em sua cultura, em sua situação histórica - e ser, dentro dela, um agente criador. A partir desta situação, cada pessoa poderá afirmar sua dignidade. Para educar, o MEB deve conscientizar. Para conscientizar, não pode abstrair-se da situação histórica e cultural em que se encontram os homens das regiões em que atua. (1.3/pag.5)

3.12 - "Nós precisamos da ajuda de vocês. Somos nós que estamos fazendo, sabemos disso, mas vocês é que nos lembraram que a gente podia fazer." (Carta de um líder - 1966) (8.4/pag.20)

#### OBJETIVOS - MEIOS

Os objetivos do MEB se concretizam em conscientização, mudança de atitudes e instrumentação das comunidades.

3.13 - A Conscientização representa, para o Movimento, a tomada de consciência, pelo educando, de seus valores, da significação vivencial de seu trabalho de Homem no Mundo. O Movimento entende que a Conscientização é intrínseca à própria Educação, pois ela significa ajudar alguém a tomar consciência do que é (consciência de si), do que são os outros (comunicação dos dois sujeitos) e do que é o mundo (coisa intencionada), que são, sem dúvida, os três polos de toda educação integral. (2.3/pag.4)

3.14 - A Mudança de Atitudes, intimamente ligada à Conscientização, representa disposição para a ação consciente e livre, a partir da compreensão e da crítica das situações concretas. Pode-se sintetizar, mostrando que a Motivação de Atitudes encaminha-se em quatro direções:

- atitude crítica,
- atitude de valorização,
- atitude de mudança,
- atitude de cooperação.

3.15 - A Instrumentação representa informação e habilitação, em termos de instrumentos de análise, instrumentos de produção e instrumentos de organização.

a) Instrumentos de análise:

- . ler, escrever e interpretar textos com situações e vocabulário próprios de lavradores;
- . distinguir e identificar as principais relações, que existem entre as instituições e estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas mais importantes e suas principais tendências.

b) Instrumentos de produção:

- . saber utilizar os procedimentos básicos de higiene e saúde;
- . saber utilizar as operações matemáticas necessárias às suas relações de produção e consumo;
- . saber utilizar a legislação e os costumes referentes a suas relações de produção e consumo;
- . saber utilizar as potencialidades econômicas da comunidade em que vive.

c) Instrumentos de organização:

- . conhecer as técnicas de trabalho em grupo;
- . conhecer a legislação básica sobre associações: clubes, cooperativas, sindicatos e organizações políticas;
- . saber fundar e dinamizar clubes, sindicatos, cooperativas. (2.3/pag.4)

### PROGRAMA NACIONAL

3.16 - Destinando-se à integração do homem brasileiro na comunidade, a atuação do MEB exige a formulação de um projeto nacional de promoção humana global. Projeto esse não teoricamente elaborado, mas resultante do contacto vivo com as comunidades locais. (1.2/pag.2)

3.17 - Programa é uma orientação básica nacional, trazendo, essencialmente, um sentido e um conteúdo a transmitir, dentro da realidade de cada região, de cada Sistema de Educação de Base. Todo esforço é feito no sentido de que ele não seja uma imposição de uniformiza-

3.15 - A Instrumentação representa informação e habilitação, em termos de instrumentos de análise, instrumentos de produção e instrumentos de organização.

a) Instrumentos de análise:

- . ler, escrever e interpretar textos com situações e vocabulário próprios de lavradores;
- . distinguir e identificar as principais relações, que existem entre as instituições e estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas mais importantes e suas principais tendências.

b) Instrumentos de produção:

- . saber utilizar os procedimentos básicos de higiene e saúde;
- . saber utilizar as operações matemáticas necessárias às suas relações de produção e consumo;
- . saber utilizar a legislação e os costumes referentes a suas relações de produção e consumo;
- . saber utilizar as potencialidades econômicas da comunidade em que vive.

c) Instrumentos de organização:

- . conhecer as técnicas de trabalho em grupo;
- . conhecer a legislação básica sobre associações: clubes, cooperativas, sindicatos e organizações políticas;
- . saber fundar e dinamizar clubes, sindicatos, cooperativas. (2.3/pag.4)

### PROGRAMA NACIONAL

3.16 - Destinando-se à integração do homem brasileiro na comunidade, a atuação do MEB exige a formulação de um projeto nacional de promoção humana global. Projeto esse não teoricamente elaborado, mas resultante do contacto vivo com as comunidades locais. (1.2/pag.2)

3.17 - Programa é uma orientação básica nacional, trazendo, essencialmente, um sentido e um conteúdo a transmitir, dentro da realidade de cada região, de cada Sistema de Educação de Base. Todo esforço é feito no sentido de que ele não seja uma imposição de uniformiza -

ção, mas aquilo que a experiência pedagógica de base exigiu para que, em sua confecção e execução, participem, na medida do possível, todos os escalões do Movimento, a fim de que cada um assuma, conscientemente, tudo, sabendo o que está fazendo e para quê está fazendo. (2.3/pag.5)

3.18 - O Programa é confeccionado por uma equipe técnica composta de elementos escolhidos de diversos Sistemas e de uma equipe técnica nacional, e realizado, normalmente, no período de um ano. Ele inclui, entre outras coisas, documentos de estudos para as equipes locais e os supervisores, material didático apropriado, cartilha, livro de leitura e material suplementar para supervisores, monitores e líderes. Envolve atividades próprias de preparação e de execução e diversos níveis de pessoal treinado e qualificado. (2.3/pag.2)

3.19 - A idéia de Trabalho centraliza e unifica toda a programação. Trabalho concreto, vivido. O currículo de qualquer matéria e os estudos e ações de comunidade tomam o trabalho como ponto de partida e como ponto de chegada, trabalho que deve ser ação inteligente, que transforma o mundo, como atividade especificamente humana, e que caracteriza o Homem como ser criador. (2.3/pag.3)

3.20 - Especial atenção foi dada às dificuldades e limitações, que o rádio impõe, como meio de comunicação. Estas limitações têm levado o MEB, mormente em alguns Estados e Sistemas, onde o nível da equipe é mais elevado, à elaboração de uma verdadeira especial "pedagogia radiofônica", ainda não nitidamente sistematizada. Por outro lado, tem forçado o treinamento de monitores e supervisores para esta tarefa, qualificando-os, em lugares que só o rádio atinge. Permanece ainda o rádio como o principal ou o único meio de comunicação e educação, em grande parte das regiões do Brasil.

Tudo isto tem garantido ao MEB uma metodologia própria, metas muito específicas, atividades e pedagogia radiofônica próprias, numa realização original de Educação de Base. (2.3/pag.1)

3.21 - O MEB não é simples transmissão de aulas ou trabalho de comunidade com lavradores. O MEB é uma globalidade de pessoas e de objetivos numa obra educativa integrada, onde em todos os tipos de trabalho devem sentir-se corresponsáveis, interdependentes e, sobretudo, que todo o trabalho seja educativo para todas as pessoas nele integradas. (2.3/pag.8) (Veja publicações 5.2, 5.3, 5.6, 5.7 e 5.8)

\* \* \*

## IV - ANIMAÇÃO POPULAR - A N P O

- TENTATIVA DE DEFINIÇÃO
- PERSPECTIVA POLÍTICA
- ANPO NA EVOLUÇÃO DO MEB
- ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES
- EXPERIÊNCIAS VÁRIAS
- ESTRUTURAÇÃO E GRUPOS
- PRODUÇÃO COMUNITÁRIA
- INTEGRAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE
- ARTE POPULAR
- SINDICALISMO RURAL
- AVALIAÇÃO

### INTRODUÇÃO

4.1 - Este capítulo é, em alguns aspectos, diferente dos outros. Não foi composto de extratos de publicações, mas quase exclusivamente de partes de relatórios de trabalhos de comunidade, trechos de cartas de equipes, de monitores, de líderes. Não pode ser lido como uma avaliação do trabalho, nem como uma descrição completa do processo de Animação Popular. A organização do capítulo mostra, claramente, que não se trata de uma sistematização, mas de coisas um tanto dispersas, necessitando de uma sistematização posterior. Tem, no entanto, a vantagem de conter, na forma original, a descrição do trabalho pelo próprio pessoal que o realiza.

## TENTATIVA DE DEFINIÇÃO

4.2 - Animação Popular (ANPO) é um processo global de promoção do Homem, através de sua própria ação. (2.4/pag.5)

4.3 - A expressão "Animação Popular" significa, estritamente, trabalho animado por elementos populares. No caso do trabalho educativo, serão elementos do povo que assumem sua própria educação e os engajamentos consequentes.

4.4 - A Animação Popular é um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organiza-se como consequência da descoberta de seus valores, recursos e suas necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido da afirmação de seus membros como sujeitos.

4.5 - A Animação Popular é uma tarefa da comunidade. Faz-se através da transformação de um conjunto de indivíduos, que vivem juntos, em uma integração de pessoas que pensam, planejam e agem em comum, buscando atender a todos como membros da comunidade local, sem desvinculação da problemática nacional e internacional. (2.4/pag.4)

4.6 - O aspecto da reflexão e ação é essencial na "Animação Popular". O trabalho educativo estaria falho se parasse na difusão de idéias. A própria psicologia do povo exige uma concretização do que se fala.

Sem ficar em soluções imediatistas, a "Animação Popular" tem que ser objetiva, ter atuação visível, com repercussões e consequências sensíveis.

Entretanto, o trabalho não se fecha no âmbito estreito de problemas imediatos. Ele se insere, como ponto de reflexão e ação, no contexto da luta pela transformação de estruturas, elaboração de esquemas mais humanos, sem o que seu sentido se esvazia.

## PERSPECTIVA POLÍTICA

4.7 - A Animação Popular é, essencialmente, um processo político, em três aspectos complementares. Em primeiro lugar, porque é uma educação de vida comunitária, de participação comum nos problemas e nas

soluções de cada dia. Só por isso, já seria um processo político, pois traz, inevitavelmente, uma tomada de consciência de uma realidade, pois toda educação realmente comunitária é causa e consequência de um processo gradativo de conscientização.

4.8 - Animação Popular é um processo essencialmente político, em segundo lugar, porque estrutura a comunidade de tal forma que possibilita a participação política de cada um na vida da comunidade, através de grupos e de trabalhos comuns.

4.9 - Em último lugar, a Animação Popular é um processo político porque leva, inevitavelmente, a comunidade a ampliar esta sua vida política para o processo político nacional, saindo da marginalidade em que se encontra a quase totalidade dos lavradores.

4.10 - Conscientização e participação num processo de socialização e participação política são essenciais, assim, à Animação Popular e à concepção de Educação de Base. Todas as experiências e atividades aqui apresentadas, só podem ser entendidas dentro desta perspectiva e, sem ela, não teriam nenhum sentido para o MEB.

#### ANPO NA EVOLUÇÃO DO MEB

4.11 - A Animação Popular tem o seu lugar na história do Movimento. Seu desenvolvimento não foi uniforme nem estanque, e encontraremos, um mesmo Sistema, atuando em uma, duas e até três fases simultaneamente.

1ª Etapa: Após o Convênio que regulamentou a existência do MEB, seguiu-se uma fase de expansão que se caracterizou pela organização de equipes responsáveis pelo trabalho em plano nacional, estadual e local. Cabia a essas equipes a emissão de aulas, instalação e supervisão de escolas radiofônicas.

Dada a experiência, as escolas foram distribuídas pelos diversos municípios, a partir de pedidos de párocos ou outras autoridades, que recebiam os aparelhos receptores e indicavam um responsável, de sua confiança, alfabetizado ou semi-alfabetizado (dependendo das condições locais) para exercer a função de monitor da escola.

Esses elementos, assim escolhidos, participavam de um treinamento de monitores, organizado pela equipe local, que lhes fornecia a capacitação mínima para o trabalho a desempenhar, ou seja, funcionar como elemento de ligação entre a aula emitida e os alunos.

No Sistema rádio-escola colocou-se como ponto essencial o papel do Supervisor que, periodicamente, dava assessoria aos monitores, supervisionando as escolas colhendo dados e informações para a equipe responsável pelas programações e emissão das aulas.

Após o primeiro ano de trabalho, embora a maioria das escolas apresentassem resultados positivos quanto a alfabetização, fizeram-se sentir problemas de frequência instável, evasão escolar, escola desligada da vida da comunidade. A partir dessas conclusões, fêz-se necessário localizar as possíveis causas dos problemas encontrados e constatou-se que:

- . A escola, instalada a pedido de uma entidade local, atingia apenas um grupo da comunidade.

- . Os monitores, na maioria sem qualidades de liderança, não conseguem manter o interesse dos alunos durante as aulas.

- . A falta de planejamento na distribuição das escolas, acarretando sua disseminação em áreas de difícil acesso, impossibilitava o acompanhamento sistemático por parte dos supervisores.

2ª Etapa: Numa tentativa de superar essas deficiências, o planejamento e a instalação de novas escolas foram feitos de maneira a evitar os erros anteriores. Com relação as já existentes, algumas foram fechadas e outras foram reestruturadas.

O ponto básico desse planejamento foi a preparação da comunidade a partir de entrevistas individuais e reuniões comunitárias, onde o supervisor avaliava e escolhia o possível monitor, aproveitando para esclarecer o grupo sobre os objetivos da E.R.

Com esta orientação, as escolas passaram a funcionar até que, em nova avaliação, verificou-se que a escola, que não tinha mais como ponto crucial os problemas de frequência, de evasão escolar, apresentava novas dificuldades:

- . alunos interessados na vida escolar, mas desligados da vida comunitária;

- . escola fechada em si mesma;

- . programas escolares visando as comunidades, como as campanhas de uso da fossa, construção de horta, registro civil, não tinham maior repercussão local.

Mais uma vez se coloca o problema do monitor sem as qualidades básicas necessárias para sua função e, ainda, que não bastava preparar a comunidade para a instalação da escola, mas era necessário que a comunidade desejasse assumir a escola e não apenas a recebesse.

3ª Etapa: A 3ª Etapa caracterizou-se por instalação de escolas e atividades extra-escolares tais como: festas, jogos, campanhas, assessoria sindical, através de grupos já existentes nas comunidades ou em comunidades próximas.

Os líderes desses grupos promoviam reuniões visando despertar as comunidades para seus problemas.

Quando colocado o problema da instrução, os lavradores ligados aos sindicatos rurais, já conscientes da necessidade de se alfabetizarem, visando sua participação e a dos seus companheiros na ação política, lideravam a comunidade, assumindo o problema e exigindo do MEB a instalação da escola e assessoria na organização de outros grupos.

Esta nova dimensão do trabalho levou a modificações radicais nos vários setores do Sistema:

Os supervisores sentiram a urgente necessidade de se atualizarem com técnicos de trabalho em grupo, assim como com estudos que possibilitassem uma fundamentação maior da sua atuação. Fazia-se urgente uma capacitação, que respondesse às necessidades e exigências dos líderes que surgiam nas comunidades. Para atender a estas exigências, os encontros e treinamentos de supervisores e monitores, em dosagens diferentes, preocuparam-se com um estudo mais profundo da realidade local e da realidade brasileira. O papel histórico de cada um frente a esta realidade; como organizar melhor os grupos; como assessorá-los dentro de uma visão educativa personalista.

O MEB foi solicitado a promover encontros e depois treinamentos de líderes, desejosos de adquirirem algumas técnicas que sentiam serem indispensáveis ao andamento dos trabalhos. Com a nova linha de atuação, os sindicatos rurais, em início de estruturação e expansão, passaram a exigir uma assessoria cada vez maior. O trabalho do MEB se intensificou e aprofundou, não só através das escolas mas também com esses novos tipos de atividades.

4ª Etapa: Nesta Etapa os monitores tomam iniciativas.

- . instalam escolas;
- . descobrem e indicam novos monitores;
- . visitam escolas próximas;
- . participam de trabalhos com a comunidade;
- . iniciam a organização de novos grupos na comunidade.

Para o melhor conhecimento da realidade local, não para atuação dos grupos, mas para melhor programação das aulas já não basta o conhecimento empírico das áreas de atuação. Faz-se necessário um levantamento sócio-econômico, com dados mais objetivos, que leve à análise das situações e permita que as supervisões, que já não se limitavam às escolas mas se estendiam aos grupos locais, fôssem melhor fundamentadas.

Os supervisores passam a fazer seu trabalho com grupos de monitores de uma mesma área, ao invés de atender a escolas isoladas.

Os pedidos de novas instalações de escolas e de assessoria a grupos foram aumentando.

Várias equipes estendiam seus trabalhos de assessoria a líderes e grupos das comunidades, mesmo em áreas onde não funcionavam escolas radiofônicas.

No Maranhão, por dificuldades de se obter a concessão de funcionamento da emissora, a equipe responsável passou a fazer o que denominou "Caravanas", isto é, os diferentes técnicos se deslocam para a zona rural e promovem, na comunidade, debates sobre a realidade local, estudos, planejamento de ação, revisões com os líderes da comunidade, além de participar de reuniões de comunidade, festas, jogos, e tc.

Os problemas com a escola, mais integrada e assumida pela comunidade, diminuíram sensivelmente. A partir de programações específicas, as emissões possibilitavam a formação dos alunos na sua ação comunitária, nos sindicatos, clubes de mães e de jovens, nas cooperativas, clubes esportivos e recreativos, etc., além da alfabetização. Alguns monitores, mais preparados e mais bem assessorados, conseguem uma atuação positiva junto aos diversos grupos da localidade. Dentre os grupos o que mais exigiu um acompanhamento sistemático por parte dos técnicos do MEB, foi o dos líderes sindicais. Os sindicatos rurais cresceram e se multiplicaram exigindo, paralelamente, um trabalho de educação sindical. Coloca-se para o Movimento o perigo de ver um trabalho educativo, identificado com ação política. Houve dificuldade, para os assessores, em responder às exigências específicas do grupo sindical.

Como parte das preocupações se coloca o isolacionismo dos diversos grupos na comunidade. Os líderes, relacionando-se como pessoas, não conseguem um relacionamento nos objetivos comuns para ações comuns. Falta um planejamento geral.

5ª Etapa: Os coordenadores estaduais, a partir da reunião realizada em janeiro de 1964 para preparação ao II Encontro Nacional dos Coordenadores do MEB, evidenciaram a necessidade de aperfeiçoamento técnico de suas equipes, a fim de que estas pudessem dar continuidade aos trabalhos iniciados junto às comunidades. Foi estabelecido que a equipe Nacional programasse estudos com as equipes locais, estudos estes que,

partindo das experiências vividas, buscassem uma sistematização das várias formas de atuação do Movimento, e também as capacitassem para novas técnicas de comunicação, pesquisas, treinamento de líderes, atuação de movimentos comunitários, etc.

Estas exigências dos coordenadores foram sendo atendidas dentro das possibilidades do MEB e, nesses contatos, constatou-se que o trabalho com as comunidades, chamado de Animação Popular e inspirado na experiência do Senegal, não estava com seus objetivos bem definidos, nem com suas técnicas de ação explicitadas, assumindo diferentes formas decorrentes das interpretações das equipes locais.

Com os acontecimentos políticos de abril de 1964 o trabalho com grupos, principalmente de sindicalismo, ficou bastante prejudicado o que tornou mais aguda a necessidade de uma definição dos objetivos, em plano nacional, para a ação do MEB junto às comunidades.

Em fevereiro de 1965, antecedendo o II Encontro de Coordenadores Estaduais, foi realizado o I Seminário Nacional de Animação Popular que, através de uma análise e avaliação das diversas experiências realizadas, traçou as diretrizes básicas para esta forma de ação.

Foi então definida a Animação Popular como um trabalho que, através de líderes e grupos, atinge toda a comunidade, que se conscientiza a partir dos problemas locais e estaduais, se organiza e se estrutura, visando, através de ação organizada, integrar-se no desenvolvimento nacional, assumindo e participando das mudanças sociais, econômicas, políticas, religiosas que se fizerem necessárias.

Para formar e assessorar os líderes e grupos que assumem e se engajam no processo de Desenvolvimento e Organização de Comunidade, as equipes locais devem-se utilizar dos seguintes meios:

→ Contato direto com os grupos e comunidades, através das formas de ação organizadas pelo MEB e conhecidas como:

- . Caravanas
- . Supervisões
- . Encontros
- . Círculos de Debates, etc.

→ Contatos com os líderes:

- . Treinamentos
- . Reuniões

- . Dias de Estudos
- . Entrevistas
- . Encontros
- Contatos indiretos:
  - . Programas Radiofônicos Especiais para líderes, grupos e comunidades
  - . Cartas e Relatórios de atividades, Jornais, Boletins, etc.

As técnicas a serem utilizadas abrangem desde pesquisas, entrevistas, reuniões, debates, sociodramas, inquetes, até técnicas radiofônicas, audiovisuais, etc.

As conclusões do I Seminário Nacional de Animação Popular foram apresentadas no II Encontro Nacional dos Coordenadores.

Foram debatidas, ressaltando a relação dos objetivos de Animação Popular e o conceito de Educação de Base para o MEB, tendo a Assembléia chegado a determinar que Animação Popular se identifica com o processo de Desenvolvimento e Organização de Comunidades e se integra na perspectiva de Educação de Adultos, como esta é entendida pelo Movimento de Educação de Base.

Tendo sido concluído pelos responsáveis nacionais que o processo de desenvolvimento e Organização de Comunidades é objetivo do Movimento de Educação de Base e meio de concretização da educação de adultos e integração das populações marginalizadas no desenvolvimento local, nacional e internacional, claro se coloca o papel do Serviço Social na Educação de Adultos.

#### ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES

4.12 - Nosso trabalho é de assessoria. Dentro deste princípio, devemos limitar-nos a fornecer à comunidade, através de seus líderes, aqueles dados e técnicas que eles ainda não atinjam por si. (2.4/pag.6)

4.13 - A primeira fase da assessoria realiza-se através de um contato pessoal dos membros da equipe com os líderes institucionais de um município (Prefeito, vereadores, delegados, padres, médicos ou enfermeiro, suplentes de juiz e líderes naturais do município).

Na segunda fase, o trabalho se desenvolve na comunidade. Começa pelos contatos onde são descobertos os primeiros líderes, pessoas mais interessadas pelo problema comunitário, com maior compreensão deste problema; pessoas apontadas pelo maior número de elementos da comunidade como de sua confiança.

O MEB volta às comunidades em supervisões regulares, para, com os líderes, avaliar o trabalho realizado, refletir sobre os objetivos propostos, dar possíveis elementos de estudo e planejar juntos a ação para um novo período.

A assessoria é feita através de:

- . contatos pessoais com líderes e outras pessoas da comunidade
- . reuniões amplas com líderes das várias comunidades de um mesmo município
- . participação em reuniões normais da comunidade
- . correspondência com os líderes
- . publicações enviadas como material para debates nas reuniões, em jornais periódicos (mimeografados), ou série de assuntos dentro do planejamento concreto das reuniões (6.1/pag.6)
- . programação radiofônica para as comunidades.

4.14 - Treinamento de líderes - Através dos trabalhos comunitários, já houve uma seleção natural de líderes que começaram a sentir a necessidade de um mínimo de condições para garantir a eficácia de sua ação junto ao grupo formado e aos trabalhos iniciados. Isto se faz principalmente através de um treinamento. Participam dele um grupo de 20 a 30 líderes. Treinados durante 5 a 8 dias, discutem e refletem as causas fundamentais das dificuldades de um trabalho conjunto com a comunidade. Também realizam um planejamento para suas comunidades, sem perder a perspectiva global dos problemas tratados.

É fundamental um acompanhamento dos treinandos, visando a mudança de mentalidade e atitudes. Durante o treinamento isso se faz através de contatos pessoais, de avaliações diárias e técnicas de grupo.

Após o treinamento os líderes continuam sua formação concretamente no trabalho na comunidade.

4.15 - "Noventa pessoas da Caraíba II, Jardineira, Cupira, Urimã, Jatozá, Socorro, Boa Esperança e São Gonçalo, por iniciativa de monitores, alunos e líderes locais, debateram sobre sindicalismo.

Poesias, leilão e dança complementaram o encontro que teve a duração de um dia.

O assunto foi estudado em grupos e não contou com a presença de pessoas da equipe do MEB". (Boa Vista - Petrolina - Pernambuco).

4.16 - É fundamental um respeito total às pessoas e às decisões que tomam, às comunidades e formas próprias de realizar seus trabalhos. Sem isto, fariamos o oposto de tudo o que tentamos conceber e realizar como educadores.

A variedade de experiências aqui apresentadas bem atestam este respeito pelas comunidades.

#### EXPERIÊNCIAS VÁRIAS

4.17 - Relação de serviços - Transcrevemos uma "relação de serviços" que é um relatório sumário de 4 dias de trabalho de ajuda mútua, espontânea e inteiramente organizada pela própria comunidade. A "Relação de Serviços" foi enviada pelo Secretário da Equipe da Comunidade.

Dia de serviço: 5ª feira de cada semana:

a) Para a escola

Tirando madeira para uma casa onde funcionará a escola do Centro (Escola N.S. de Nazaré)

7 Homens + 5 mulheres. = Trabalharam 60 horas.

b) Crescendo a localidade

No mesmo dia na margem 13 homens abriam uma estrada de 200 metros, da estrada principal a (escola da margem) casa onde funciona.

Trabalharam: 88 horas - sendo 9 homens: 8 horas,

4 homens, 4 horas cada um

c) Limpezas

Serviço de limpeza de estrada da Margem à Escola Mista de Crianças 1.200 mts.

Trabalharam - do Centro - 9 homens	+	2 mulheres
da Margem - 7 homens	+	1 mulher
		<hr/>
		16
		<hr/>
		3

Horas: 95

d) Aumentar uma casa para funcionar movimento pela época da festa da padroeira

Trabalharam: do Centro 7 homens + 6 mulheres tirando palha  
37 feixes e 10 caibras

Horas: 39

Trabalharam na Margem 12 homens na tiração da madeira e armação da Barraca.

4 mulheres abrindo palha  
19 crianças tiraram 7 feixes de palha  
Horas: 158

e) Abrição de palha e armação da casa

Trabalharam: do Centro 7 homens,	2 mulheres
da Margem 9 homens,	4 mulheres
	5 crianças

<hr/>	<hr/>
16	11

Horas: 212

Total de pessoas: 71 homens  
24 mulheres + 24 crianças

---

95

Adultos: 95

---

119 pessoas

Horas: 613

Relação de 4 dias de serviço à bem da Comunidade. (Tapari - Pará).

4.18 - Projeto de São Felipe (Bahia) - O Projeto São Felipe é uma iniciativa da Clínica Tropical da Universidade da Bahia, juntamente com a Fundação Gonçalo Moniz. Tem como objetivo o estudo da Doença de Chagas e suas manifestações em regiões onde a incidência de casos é grande e o número de insetos transmissores infectados atinge sua máxima proporção.

Foi escolhido o município de São Felipe, após estudo de vários outros, por oferecer melhores condições dentro dos critérios estabelecidos pelos responsáveis pelo Projeto.

4.19 - O MEB no Projeto - Sentindo necessidade de preparar a população para aceitar o Projeto e participar de forma consciente, sabendo porque deve fazê-lo, a Direção do Projeto convidou o Movimento de Educação de Base para, participando do trabalho, formar uma assessoria educativa.

Depois de conceituar e delimitar esta assessoria, os representantes do Projeto e do MEB, em reunião na Clínica Tropical da Universidade da Bahia concluíram pela preparação de um anteprojeto da assessoria educativa que, feito e aprovado, foi imediatamente levado à execução.

4.20 - Atividades Planejadas e Desenvolvidas - Como passo inicial do trabalho, fomos a São Felipe para uma primeira tomada de conhecimento "in loco". Constatamos e colhemos impressões do responsável pelo desenvolvimento do trabalho no local e, em seguida, mantivemos contato com as autoridades principais do Município - Prefeito, Vigário, Delegado Escolar, Médico do Posto de Saúde, Diretor do Ginásio, etc.

Um segundo passo marcou o contato com a elite educacional e a massa operária da sede do Município: palestras no Ginásio com o corpo docente e, em seguida, com o discente e palestras com os operários em cada um dos armazéns de escolha do fumo da cidade.

De acordo com o projeto da assessoria educativa, teríamos que realizar um estudo da área a ser atingida, através de uma pesquisa sócio-econômico-médica. Com este objetivo foi organizado, entre os alunos do Ginásio, um voluntariado para auxiliar a coleta dos dados. Neste trabalho inicial de seleção e divisão de pessoal voluntário, bem como de preparação do material para a pesquisa, levamos de 17 a 20 de agosto.

Uma semana depois, realizamos duas reuniões: a primeira, com os monitores das Escolas Radiofônicas e a segunda com o grupo de voluntários do Ginásio. Estas reuniões tiveram a finalidade de estudar o método de levantamento dos dados, bem como capacitar o pessoal para o trabalho de pesquisas de campo.

Fizemos o planejamento escolhendo os locais a pesquisar, de acordo com os interesses do Projeto.

A esta altura verificamos a necessidade de haver um coordenador local da assessoria educativa, a fim de dirigir o trabalho dos voluntários e também assistir, pessoal e frequentemente, as comunidades atingidas. Foi apresentado o candidato que foi aceito pelo MEB e pelo Projeto, ficando dividida entre ambos a responsabilidade financeira.

A pesquisa foi realizada em sete áreas a saber: Centro, Riachão, Sapê-zinho, Cajueiro, Terrão, Copióba e Sobradinho. De um modo geral, podemos afirmar que conseguimos êxito nesta parte do planejamento, possuindo já em mãos uma excelente amostra de dados sócio-econômico-sanitários da região de trabalho.

Depois da avaliação da pesquisa, na sede do MEB, levamô-la até as comunidades, onde, juntamente com o povo, discutimos os aspectos principais de sua real situação, reforçando assim a necessidade de apoio popular para o Projeto.

A partir de então foram realizadas inúmeras reuniões com cada comunidade atingida, de onde emanavam decisões e planos de participação do povo no Projeto, instituindo-se inclusive comitês em alguns locais, com a finalidade de serem intermediários entre o Projeto e o povo, através dos quais se movimentariam as comunidades no que fôsse necessário.

O trabalho também está-se fundamentando nas visitas domiciliares, onde se pode ter um contato mais direto e objetivo com as famílias.

4.21 - Avaliação - Periòdicamente são realizadas reuniões de avaliação com os líderes das comunidades, bem como com os responsáveis pelo Projeto. Estas avaliações têm como objetivo corrigir falhas que surjam ou planejar outras atividades cuja necessidade apareça no decorrer do trabalho.

O coordenador local dá assessoria, periòdicamente, e também se reúne com a Coordenação Estadual do MEB para prestação de contas do seu trabalho e tomada de linhas de ação.

4.22 - Atividades da Comunidade - O despertar do problema médico-sanitário fêz surgir, nas comunidades atingidas, aspirações novas e anseios de melhoras, que se refletiram, concretamente, em uma série de atividades surgidas do próprio povo e acompanhadas de perto sob nossa orientação. Foram as seguintes:

a) Conselhos: das várias reuniões realizadas pelas comunidades, surgiu, simultaneamente, em Cajueiro, Sobradinho e Terrão, a necessidade de formação de Conselhos de bairros, que seriam responsáveis pela liderança dos respectivos povoados, promovendo trabalhos de promoção

humana e de melhorias sanitárias, sociais e econômicas para a área.

b) Curso de regentes leigas: o problema sanitário levou ao problema de instrução. Algumas comunidades se interessaram para que suas respectivas professoras leigas fossem melhor capacitadas por nós, no sentido de melhor atenderem a educação da região. Conseguiram o apoio do Prefeito Municipal e, sem maiores gastos para o MEB, realizamos ali um Curso de Capacitação das Regentes Leigas, com a duração de dez dias em regime de tempo integral, onde se estudou um pouco de didática e mais Português, Aritmética, Educação Sanitária e Conhecimentos Gerais. Fornecemos apostilas de todos os assuntos estudados.

c) Associativismo: Nas comunidades de Cangalheiros e Sobradinho surgiu a necessidade de congregarem-se as mães no sentido de aprenderem juntas noções de higiene do lar e pessoal, bem como noções práticas de parto, socorros de urgência, etc. Neste sentido decidiram fundar, nestas localidades, Clubes de Mães.

Em Terrão, a preocupação maior do povo é ainda a econômica, à qual atribuem a grande responsabilidade pelo atraso da região. Desta forma acharam eles que seria necessário fundar-se ali uma Cooperativa que reunisse os pequenos lavradores, no sentido de melhor lhes fornecer equipamentos agrícolas, sementes, remédios, etc., e depois o crédito e a compra da produção local.

Tanto os Clubes de Mães, como as Cooperativas dependem ambos de uma preparação e educação da comunidade, o que se realiza não muito rapidamente. Assim, as comunidades, acatando nosso conselho, entraram numa fase preliminar, o que significa que a fundação oficial destas associações se dará a médio prazo.

d) Escolas: ainda a partir da visão central de que a educação é um ponto chave para a solução de muitos problemas das comunidades, foram instaladas, por reivindicação do povo e sob nossa orientação, oito escolas, que já se encontram em pleno funcionamento. Estas escolas, para adolescentes e adultos, funcionam à noite, pelo Sistema Radiofônico da Bahia. Estão localizadas em Sobradinho (2), Cajueiro (2), Cangalheiro (1), Fazenda Velha (1), Riachão do Lázaro (1), Terrão (1).

4.23 - Conclusão: Queremos ressaltar a imensa contribuição que o Projeto tem dado a sua assessoria educativa, no sentido de em tudo facilitar o nosso trabalho.

Também ao povo das comunidades devemos o êxito que até agora temos conseguido. Acessíveis e, a toda prova, sinceros, têm contribuído os habitantes da região, com sua participação ativa em tudo o que de bom se realizou.

Por uma questão de técnica de trabalho, nada fazemos nas comunidades, sem a adesão plena e consciente do povo. Costumamos debater com êle os seus problemas e deixá-lo encaminhar as próprias conclusões. Neste sentido a assessoria educativa do Projeto é também, e acima de tudo, a assessoria educativa do povo atingido.

Damo-nos por imensamente satisfeitos com os resultados conseguidos até agora e esperamos, com um novo impulso a ser dado ainda este ano, atingir a próxima meta que é a de conseguir que as comunidades assumam o trabalho sozinhas, com toda a responsabilidade, de modo que comecem a sentir desnecessária a nossa presença. (São Felipe - Bahia)

4.24 - Comunidade de Socorro - "A Comunidade de Socorro é uma experiência bastante original no Piauí. Não é iniciativa do MEB. O Movimento assessorou-a, desde o início.

Na maior parte do Piauí, predomina o latifúndio. Promovia-se Sindicalismo Rural na Região de Teresina. Os latifundiários viam nisto uma ameaça. Pressionavam os "agregados". A pressão aumenta, chegando à expulsão de muitos deles, pelo simples fato de pertencerem ao Sindicato Rural.

Um grupo desses "corridos" das propriedades em que trabalhavam, se reuniu, sob a orientação de um dos líderes rurais, para formar uma comunidade de trabalho. Oito famílias apenas. Defrontaram-se inicialmente com o problema de terra - onde trabalhar. Compraram a crédito um pedaço de terra e a dividiram em lotes de 100 hectares. Sem o mínimo de condições, mudou-se o grupo para a nova terra e iniciou o trabalho comum.

As oito famílias escolheram a área para a lavoura do ano. Dividiram em nove partes iguais que foram numeradas e sorteadas. Uma para cada família e uma para o fundo comum. Trabalham sob o regime de "mutirão" ou "adjunto".

Ao terminar o pagamento do lote comprado, viram que a terra não era suficiente. Resolveram comprar mais outro lote, para o qual o proprietário jamais exigiu avalista.

Continuam o trabalho. A comunidade de trabalho vai aos poucos transformando-se em comunidade de vida. Buscam sempre soluções comuns para problemas que são comuns. Agora, por exemplo, estão com o problema de água. Vem de um local a 4 quilômetros, em costa de burro e jumento, para todas as necessidades. Todas as atenções estão voltadas para a perfuração de um poço. - Por exemplo: cada semana, três mulheres vão lavar a roupa de toda a comunidade, enquanto as outras tomam a si os trabalhos domésticos dessas três. Como se vê, os problemas da falta d'água são enfrentados em comum.

As dificuldades têm sido grandes. Mas a experiência parece válida, sobretudo se se leva em conta que é iniciativa própria, que caminha enfrentando as exíguas possibilidades da Região.

A comunidade de Socorro é uma prova do quanto pode o espírito comunitário, frente a problemas quase insolúveis, como os do homem do Nordeste." (Piauí)

4.25 - Construção de uma Vila - "Em Jararaca, existia uma Escola Radiofônica funcionando normalmente como todas as outras vizinhas. Fêz-se uma reunião para organizar o núcleo. Nesta foi eleito, entre os monitores, o monitor Sebastião da Escola Radiofônica de Chauá, monitor dirigente, da a sua liderança.

Com o núcleo organizado, as reuniões semanais passaram a ser realizadas na casa do monitor dirigente. Este, por sua vez, pediu a presença de um elemento do MEB para participar das reuniões.

De início, as escolas reuniam-se apenas para participação da missa radiofônica e fazerem recreações. Daí sentiram a necessidade de algum material para os trabalhos e resolveram fazer leilões para cobrir as despesas. Organizaram um clube esportivo. Depois, surgiu a necessidade de organizar alguma coisa para as crianças. Estava claro, porém, que todos morando distantes uns dos outros seria difícil organizar qualquer coisa.

Surgiu a necessidade de se agruparem, construindo uma vila. A idéia foi do monitor dirigente. Isto só seria possível, se todos combinassem construir suas casas em um lugar determinado. Se conseguissem formar a vila, além de todas as vantagens de uma vida mais comunitária, teriam ajudas do Município. A primeira coisa foi organizarem o mutirão para construção da casa da escola para crianças. Depois, na medida do possível, cada família foi trazendo sua casa (material da antiga) e construindo dentro das quadras que foram por eles demarcadas, com a equipe dirigente da comunidade.

Foram ao Prefeito e arranjaram professora, etc.

A equipe do MEB deixou de aparecer por lá, durante certo tempo, e, quando chegou, tudo já estava feito. Hoje são cerca de 200 famílias, com suas casas construídas segundo um plano próprio de estruturação e vida comunitária espontânea". (Chauá - Bragança - Pará).

#### ESTRUTURAÇÃO E GRUPOS

4.26 - A conscientização, pelo conhecimento do que é o homem e do significado do mundo, dos outros homens e de Deus, passa a exigir do educan-

do uma ação no sentido de transformar o mundo em um mundo cada vez mais humano. Dessa forma, torna-se imprescindível fornecer os instrumentos para essa ação transformadora, em comunidade.

A organização de grupos que promovam o desenvolvimento das comunidades ou a colaboração com entidades que realizem esse trabalho decorre, portanto, do próprio caráter educativo do MEB. (3.3/pag.62)

É essencial, para a educação, no sentido em que a entendemos, que ela se realize através do diálogo, que permite, a cada pessoa viver e desenvolver suas aptidões, realizar-se enquanto ser que pensa, que assume posições, que trabalha com os outros.

Em Boa Vista, alunos de várias escolas organizaram um Clube de Vendas. Os objetivos deste Clube são: maior eficiência e facilidade na aquisição de material escolar; entrosamento entre as escolas; participação conjunta dos alunos da área na manutenção das mesmas.

A diretoria do referido Clube é constituída por alunos das várias escolas." (Pendências - Petrolina - Pernambuco).

4.27 - No trabalho de Animação Popular de Tefé, todos os recursos financeiros saíram do povo, por duas fontes: contribuição mensal variável e roças comunitárias. Além do mais, em algumas comunidades, os moradores ofereceram ao núcleo produção agrícola já existente, como parte de roças, farinha de mandioca, milho, etc.

Os trabalhos comunitários são os mais variados possíveis, diferindo de localidade para localidade. Um começaram com a limpeza do povoado, outras com a compra de uma pequena ambulância médica, outras ainda com o melhoramento das habitações. Há ainda outras localidades que estão esperando que tenham maior recursos para o início da compra de cabeças de gado.

Cada conselho está formado de cinco pessoas, que foram eleitas diretamente pelo povo e permanecerão o tempo necessário para a execução de uma ou mais atividades. Houve uma localidade que escolheu uma diretoria permanente para um ano e um conselho de trabalho. Os conselhos são nada mais nada menos do que comissões que se propõem realizar esta ou aquela atividade na comunidade, com a ajuda de todos os sócios ou moradores do povoado. Para orientar melhor, fazem a escrituração dos valores em caderno próprio e anotam os trabalhos a realizar em outro. Cada mês, marcam o serviço que deverão fazer no seu curso. Cada organização ou núcleo recebeu um nome diferente, que o povo achou conveniente lhe dar." (Tefé - Amazonas).

4.28 - "Na localidade Barés, no Município de Fonte-Boa, com 10 casas, o povo se reuniu espontaneamente e pediu ao supervisor do MEB que orientasse a fundação de um núcleo.

O núcleo de Barés se organizou e seus objetivos são os seguintes:

a) Agricultura: quando houver qualquer serviço de roça, de um pai de família de Barés, deverá ser feito de acordo com o povo. Se for desmatamento, plantio, capina ou colheita, será feito em forma de Mutirão (Ajuri). Marcam um dia e, juntos, fazem o serviço do que necessita, porém, com a obrigação, por parte de quem recebe o serviço, de dar um dia de trabalho, quando for solicitado. Também o dono do trabalho tem o dever de dar toda a comida no dia do mutirão.

b) Fica obrigado cada um a prestar um dia de serviço por mês ao povoado, como seja, ajuda na limpeza ou em consertos de habitações. A limpeza do povoado será feita em forma de mutirão, em um determinado dia do mês, com o dinheiro tirado da caixa do núcleo. Também os consertos e a construção de casas do povoado são feitos em forma de mutirão. Marcado o dia do mês para tal serviço e as despesas de comida são feitas com o dinheiro da caixa da sociedade. Já realizaram limpeza do povoado e várias roças foram feitas ou colhidas na base do mutirão". (Barés - Fonte-Boa - Amazonas).

4.29 - Clube de Mães - Há uma forma bastante comum de trabalho específico para mulheres no meio rural. É o clube de mães. O clube de mães reúne senhoras de um mesmo lugar. O clube tem uma diretoria que coordena o grupo. Nas reuniões semanais são organizados:

- . trabalhos práticos como: corte e costura, bordado, crochê, tricô, etc.,
- . círculos de estudos sobre: papel da mulher no mundo, papel da mulher no lar, missão e valor da família, higiene, puericultura,
- . socorros de urgência, visão da realidade de hoje, responsabilidade face a isto, etc..

Os clubes também promoveram campanhas visando a integrar o esforço de toda a comunidade, como, por exemplo, campanhas de filtro, fossa, vacinação, etc. Visando também uma comunicação maior com a comunidade, o clube promove festas comunitárias, como oportunidade de entrosamento.

O MEB tem um convênio com o Departamento Nacional da Criança (DNCRi) para orientar trabalhos deste gênero. E como instrumental para estes e outros trabalhos, relacionados com saúde, o MEB, com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), publicou o "Mutirão pra Saúde". (Veja publicação 5.9).

Nosso trabalho no MEB, junto ao clube de mães, é também de assessoria, como em qualquer faixa de Animação Popular, e se desenvolve no sentido de conseguir que o grupo mantenha uma perspectiva de um trabalho não isolado, nem individualista, mas com a dimensão de um trabalho comunitário, que, pouco a pouco, vai-se inserindo numa perspectiva global de desenvolvimento.

Em Hidrolândia foi organizado um Pronto Socorro para atendimento urgente das doenças mais comuns. Está em funcionamento uma barbearia que foi organizada em base cooperativista. (Hidrolândia - Goiás).

### PRODUÇÃO COMUNITÁRIA

4.30 - Roça comunitária - "As comunidades, em que há Núcleos Populares, fazem roças comunitárias, com o intuito de conseguir recursos com que o povo possa solucionar seus problemas mais prementes. A roça comunitária é feita por todos os homens de um povoado. Os homens se ocupam do desmatamento e preparam a terra para plantio. Quando tudo está limpo, as mulheres fazem o plantio, ajudadas pelos homens, que cavam as "covas", onde elas enterram as mudas de mandioca, as sementes de milho ou espalham as sementes de juta. Esta operação varia, conforme a espécie agrícola que será plantada. Enquanto umas mulheres plantam, outras preparam a comida para todos no "acairo" da roça. As crianças se ocupam em espalhar as "mudas" a serem plantadas ou distribuem água a todos. Não se consente o uso de bebidas alcoólicas durante o trabalho. A capina, ou seja, a conservação da limpeza da roça, é feita pelas mulheres e crianças da comunidade. Não há discussão ou má distribuição de atividades, porque, uns cinco ou seis dias antes, todo o povo reunido, dirigido pelo responsável ou Conselho Comunitário, já planejou, em votação popular, o trabalho. Nesta reunião, o povo decide como, quando e porque será feita a roça comunitária. Tudo foi discutido e pensado nesta reunião. Os dias que antecedem o trabalho comunitário servem para procurar comida para o trabalho e discutir os pormenores da atividade. A roça comunitária não é de ninguém, mas de todos. A produção é vendida e o produto é invertido sempre no que fôr de maior necessidade para todos. Há comunidades que têm duas, três ou quatro roças comunitárias. O povo de uma localidade, para a realização de qualquer trabalho comunitário, age de maneira idêntica à empregada para a roça comunitária. O que o supervisor do MEB faz é reunir-se com o povo, quando solicitado, e explicar o que fôr pedido. O MEB/Tefé assessoria tôdas as atividades comunitárias, quando convidado." (Tefé - Amazonas).

4.31 - O Ajuri (Mutirão - Puxiruns ou Adjutório) - As comunidades que não estão organizadas em núcleos populares desenvolvem certas atividades unidas em Ajuri ou Mutirão. O Ajuri é mais usado para a agricultura, mas é empregado também para outras atividades.

Quando alguém de um povoado quer fazer uma roça, dias antes convida várias pessoas para ajudá-lo. Estas pessoas poderão ser do povoado ou de outros povoados. Quando há número suficiente, a pessoa interessada marca o dia. O interessado arranja comida, que será a única coisa que os que vão fazer o ajuri recebem. Claro que, ao receber um dia de trabalho, fica a pessoa que recebeu, comprometida, mesmo sem ser pedido, a dar um dia de trabalho à outra quando fôr preciso. Pode ser na mesma safra ou em outra, no ano vindouro. No dia marcado, convidados para o ajuri, comparecem e trabalham durante o dia todo. Assim, facilmente, o trabalho que está programado é realizado, sem gasto de dinheiro.

Usa-se o Ajuri para todos os trabalhos, como sejam: plantio de roças, desmatamento, colheita de roças, colheita de juta (fibra textil), construção de habitação, campo de futebol etc.

O MEB não planeja nem organiza, mas incentiva o Ajuri.

4.32 - Trinta dias de trabalhos comunitários. Transcrevemos aqui uma seleção de relatórios de 30 dias de trabalho, em dois meses e meio, em forma de Mutirão. Os trabalhos foram realizados por uma equipe formada na escola radiofônica e que se ampliou abrangendo boa parte da comunidade. Os relatórios de cada dia eram feitos por um secretário, eleito pela equipe que era composta de 28 membros.

"Relatório do 1º Trabalho - O primeiro trabalho da Equipe da Escola Radiofônica da Passagem do Curral Grande foi realizado no dia 17 de março de 1966, ao qual compareceram 26 membros da Equipe. Faltaram 2 por motivo justo.

O trabalho foi feito na localidade denominada Baiano. O serviço foi o seguinte: capina, coivara, plantação de mandioca e milho e também a cerca, do mesmo terreno.

O trabalho começou às 8 horas e terminou às 15 horas. O dono do trabalho foi o Senhor Manoel dos Santos.

Foram usadas neste trabalho as seguintes ferramentas: enxadas, machados, terçados.

A refeição foi feita na mesma localidade do trabalho, constando de peixe e frutas.

Este trabalho teve muito êxito, pois todos estavam dispostos e de bom humor. Não houve desentendimentos."

"Relatório do 27º Trabalho - O vigésimo sétimo trabalho, feito pela equipe de trabalho da Escola Radiofônica Princesa Izabel da Passagem do Curral Grande, foi realizado no dia 24.5.66, na localidade que nos pertence, que é a Passagem do Curral Grande.

O trabalho foi o seguinte: embarriar uma casa cujo dono é o Senhor Silva. Este não é da nossa equipe nem tão pouco da Escola. Foram usadas as seguintes ferramentas: enxada, ferro de cova, caixa e lata para conduzir a terra.

A refeição foi servida na mesma localidade do trabalho e foi oferecida pelo dono do trabalho. Constatou de peixe, arroz e teve também um café-zinho."

"Relatório do 29º Trabalho - O vigésimo nono trabalho feito pela equipe de trabalho da Escola Radiofônica da Passagem do Curral Grande foi realizado no dia 26.5.66. Este trabalho foi realizado na Barreira do Tapará. O trabalho foi para o Senhor Gonçalves Cunha, pois o primeiro trabalho que foram fazer não deu para pagar a dívida, a qual era de Cr\$ 28.000. Só foram 12 membros de nossa equipe e foi preciso voltar para recuperar o que faltava. O saldo foi depositado na caixa da equipe. É para fazermos o barracão.

Assim estamos sempre prontos para fazermos qualquer benefício para os nossos irmãos da localidade. (Curral Grande - Santarém - Pará)"

#### INTEGRAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE

4.33 - Em Aurora e Belém, alunos e monitores estavam com o problema de falta de móveis para a escola. Reunidos sob a liderança do monitor, os referidos alunos resolveram este problema: "E as escolas não são da gente? Pois então vamos fazer os móveis!"

"A comunidade construiu dois barracões para as escolas. Estão bem construídos. Já estão pensando em fazer coletas para comprar as coisas necessárias à aparelhagem da escola. Nesta localidade, mais do que nas outras, nota-se um grande interesse de todo o povo pela escola. Trabalham em conjunto na juta, na limpeza das estradas ou em qualquer outro". (Aurora e Belém - Pernambuco).

4.34 - "A vida aqui está perversa, tem dia que eu para dar aula preciso comprar o querosene porque os alunos não podem comprar". (Engenho Piedade - Recife).

4.35 - "Ao fazer esta mando-lhe notícia de uma reunião que foi dirigida por mim no grupo de Araçá com a comunidade no dia 29.3.65. A reunião foi um espetáculo de boa; só não foi melhor porque os alunos não reuniram-se todos. Mas, assim mesmo, houve um grupo de pessoal legal. Eu não tomei nota dos que vieram mas nós fizemos um cálculo de 90 pessoas a 100.

Lá nos tivemos um debate normal sobre as aulas, discutimos problemas das aulas de linguagem, aritmética, se eles tinham atenção, e também as anormalidades do Clube de Vendas.

Sabe que lá tinha também uma sanfona boa não daqueles tipos (sanfona de 8 baixos); tive pena porque não brincamos muito por desconveniência de nossa volta pra casa. Mas se não fôsse isto... ah ia dar muito bom depois da reunião." (Engenho Rodrizio - Recife).

4.36 - "Estando a Emissora retransmitindo, por vêzes, programas outros em horário das aulas, os monitores resolveram dar aula por conta própria. A esta iniciativa deram o nome de "aula livre". As "aulas livres" tiveram uma receptividade excelente por parte dos alunos e significavam um novo tipo de afirmação do monitor. Pensando nisto, a equipe resolveu adotá-las como um sistema normal de trabalho. Atualmente, uma vez por semana, lá estão os monitores assumindo "livremente" as suas aulas.

Fruto de sugestões e críticas dos monitores, a equipe vai partir para uma reformulação da programação radiofônica." (Garanhuns - Pernambuco).

4.37 - "Sem ter um esclarecimento forte eles não podem melhorar não". E para ter um esclarecimento forte, é bom continuar as explicações durante as férias. Assim, representantes dos Clubes de Vendas reuniram-se com a equipe para avaliação do trabalho do ano e planejamento de atividades para o período de férias." (Caruaru - Pernambuco).

4.38 - "Em Garanhuns e São João monitores se deslocam de suas localidades para treinar novos monitores. Da mesma forma, alunos adiantados estão sendo preparados para auxiliar e substituir monitores que por diferentes motivos têm que deixar as escolas. (Interessante, neste aspecto, a observação de um número considerável de monitores saídos de antigos analfabetos que a escola radiofônica capacitou: "Quero ter o prazer de ensinar aos outros assim como me ensinaram a mim"). (Garanhuns e São João - Pernambuco).

4.39 - Em Salôbro, como em várias outras áreas, monitores e alunos descobrem nova forma de aumentar o intercâmbio entre aqueles que descobriram ser preciso "uma idéia de união para todos": o monitor com os alunos vão às escolas vizinhas, assistem às aulas juntos e conversam depois." (Gravatá - Caruaru - Pernambuco).

4.40 - "Senhores professores eu venho por meio desta dar notícias das escolas do Condado e das suas atividades.

No Condado há 12 escolas radiofônicas, sendo 6 novas e 6 velhas. Estão funcionando bem. Média de 14 alunos. Todos estão gostando das aulas que estão sendo dadas. Para tomar conhecimento disto eu convidei todos os monitores para um encontro. O que foi feito no engenho Timbó, onde nós, os monitores, tivemos o gosto de conhecer uns aos outros. Discutimos e debatemos tudo que estudamos nos dias de treinamento.

Deu-se êste encontro pela tarde. Ficou projetada uma reunião com todos os monitores e sua comunidade.

Ainda saiu um projeto na nossa reunião: foi o de, em breve, todos nós monitores virmos até aqui fazer uma visita ao MEB, para conhecer esta gente tão nossa de quem até agora, nós só conhecemos as vozes (referia-se à equipe do Recife. As aulas e os programas são emitidos pela rádio Olinda-Recife)." (Condado - Nazaré da Mata - Pernambuco).

4.41 - Em Caruaru os monitores aplicaram e corrigiram o teste final para a verificação da aprendizagem. Em Garanhuns, na aplicação destes testes, os monitores se deslocaram de suas escolas para aplicá-los em outras. Cresce assim a participação do monitor em tôdas as fases do processo de aprendizagem dos seus alunos. (Caruaru e Garanhuns - Pernambuco).

4.42 - "Em Santa Maria da Boa Vista, os monitores e coordenadores de círculos de debates partiram para a criação de um jornal que se chamou "Repórter Central".

Tal jornal é enviado à equipe que o mimeografa, fazendo-se então a distribuição aos demais monitores e alunos." (Santa Maria Boa Vista - Petrolina - Pernambuco).

4.43 - Em Bôca de Dentro, o povo se reuniu e chegou à conclusão de que precisava construir um local para estudar. Mãos à obra: monitor e pessoal da comunidade, juntos, construíram a sala de que precisavam. (Bôca de Dentro - Campo Alegre - Pernambuco).

4.44 - As Cooperativas, organizadas pelo Banco Crédito da Amazônia, em alguns municípios, estão entregues aos monitores dirigentes (são membros da diretoria). Em algumas, a maior parte dos cooperados são alunos. Fazemos cobertura pela Rádio. (Amazonas).

A diretoria eleita assume a liderança no estudo, discussão e encaminhamento das soluções propostas. Além das responsabilidades assumidas de representatividade sindical em suas múltiplas exigências, cabe a esses líderes uma continuidade na descoberta, motivação e formação de novas lideranças, contando com o apoio e o assessoramento da equipe do MEB, através dos supervisores e das programações radiofônicas especiais.

Todo o trabalho desenvolvido num grupo sindical é assessorado para que se realize em uma perspectiva de Educação e formação de pessoas, visando a uma participação consciente no processo global do desenvolvimento do país. (6.1/pag.3)

4.50 - Alunos, auxiliares e monitores discutiram, em uma reunião, meios para a manutenção da escola.

O debate se prolongou sobre leis, direitos e deveres do trabalhador rural.

Muito boa participação. (Nazaré da Mata - Pernambuco).

4.51 - "Vou deixar a escola por motivo de ir ser o secretário do sindicato rural de Nazaré que as eleições serão realizadas no dia 2 e 3 de outubro, mas a escola não fechará que tem duas pessoas capazes de levar a escola a frente, e eu quando tiver desocupado sempre faço uma visita assim que não deixo abandonada." (Nazaré da Mata - Pernambuco).

4.52 - Em uma área de S.Lourenço, muitas famílias viviam o problema de serem expulsas das terras onde trabalhavam. Tais famílias, ali radicadas há dez, quinze, trinta e algumas há quarenta anos, reuniram-se com a monitora local. Estudados os diferentes casos, constatadas as benfeitorias feitas pelos trabalhadores, foi o caso levado à Justiça do Trabalho pela mesma monitora.

Como resultado desta ação, refletida e organizada, as respectivas famílias continuaram em seus lugares. (S.Lourenço - Recife).

## AVALIAÇÃO

4.53 - Para estudar a eficácia de um trabalho, fazemos uma avaliação de seus resultados. É condição indispensável, no entanto, que todos tenham os mesmos pontos de referência, os mesmos critérios de avaliação.

A avaliação não pode senão considerar a globalidade do trabalho educativo, levando em conta que:

- todo trabalho educativo dá seus frutos reais bastante tempo depois,
- quanto mais educativo, mais profundas são as conseqüências nas pessoas e nas comunidades,
- quanto mais profundas as conseqüências, mais difíceis de avaliar,
- o trabalho de desenvolvimento de comunidade lida com problemas dificilmente computáveis,
- poucas pesquisas foram feitas sôbre as conseqüências, nas pessoas e nas comunidades, de um trabalho de Educação de Base,
- os dados dispersos são incontáveis, as experiências de cada um que observa são entusiasmadoras,
- a originalidade do MEB, aqui e fora do Brasil, advém não do trabalho das escolas, isoladamente, mas por ser Educação de Base, onde a escola e a comunidade se integram no desenvolvimento.

\*\*\*

"Todo povo brasileiro  
tem direito de ser gente  
Tôdas as raças são iguais  
não tem sangue diferente.

"Vamos lutar, minha gente,  
pra sair do cativoiro,  
Pois a gente é que defende  
nosso país brasileiro."

(Versos de camponês)

## PUBLICAÇÕES NACIONAIS USADAS:

- 1.1\* - MEB - documentos legais (1963)
- 1.2 - MEB - diretrizes para o funcionamento (1964)
- 1.3 - MEB - sua origem, sua ação, seu conteúdo (1964)
- 2.1 - Educação e Conscientização (1963)
- 2.2 - Pessoa e Educação (1965)
- 2.3 - Notas sobre as Escolas Radiofônicas, seus objetivos, sua programação e sobre o desenvolvimento dos alunos (1966)
- 2.4 - Animação Popular (1965)
- 2.5 - Estudos de AnPo
- 3.1 - Relatório de 1961 (1962)
- 3.2 - Relatório de 1962 (1963)
- 3.3 - Relatório de 1963 (1964)
- 3.4 - Relatório de 1961 a 1965 (1966)
- 4.1 - "Viver é Lutar" (1964)
- 4.2 - Mensagem (1964)
- 4.3 - Justificação (1964)
- 4.4 - Fundamentação (1964)
- 4.5 - O Conjunto Didático "Viver è lutar" (1964)
- 5.1 - Programa de 1965 (1964)
- 5.2 - Instruções para a aplicação do Programa (1964)
- 5.3 - Programa de 1965 para as Escolas (1964)
- 5.4 - Mutirão I (1965)
- 5.5 - Mutirão II (1965)
- 5.6 - Fundamentação: 1ª parte: Cultura (1965)
- 5.7 - Fundamentação: 1ª parte: Estrutura Social (1965)
- 5.8 - Fundamentação: 2ª parte: Promoção Humana (1965)
- 5.9 - Mutirão Pra Saúde (1965)
- 6.1 - Grupos de Ação e Assessoria na Animação Popular (1966)
- 7.1 - Relatório do I Encontro de Coordenadores (1962)
- 7.2 - Relatório do II Encontro de Coordenadores (1964)
- 7.3 - Conclusões do III Encontro de Coordenadores (1966)
- 8.1 - Estudo de Área (1963)
- 8.2 - O Monitor (1963)
- 8.3 - Boletim Nacional nº 5 (1965)
- 8.4 - Relatório da Secretária Geral para o CDN (1966)
- 8.5 - Relatório do Presidente do MEB à Comissão Central da CNBB (1966)
- 8.6 - Relatório Sumário das Atividades do MEB de 1961 a 1965 entregues ao MEC (1966)

---

\* Estes números servirão para identificar as publicações a que se faz referência durante todo o trabalho.